



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

### Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 04/10/2019

No quarto dia do mês de outubro do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MPPR); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Nilton Ribeiro de Souza (OAB-PR), Maria Nysa Moreira Nanni (SESP), Aurelio Munhoz (AMP); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Pedroso Lopes (APP), José Wilson de Souza (Trilhas de Afeto), Amanda Peçanha Teixeira Vaz (União Brasileira de Mulheres), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Jucimeri Isolda Silveira (CRESS), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Silvana Moreira Dantas (SINDARSPEN), Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Diego Henrique da Silva (Parafuso Edocomunicação), Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População em Situação de Rua), Waleisca Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR); **Convidados(as)/Observadores:** Irene Valério (MNPR-PR), Isabela Perotti (ALEP - Dep. Goura), Thiago Hoshino (DPE-PR), Roselene Sonda (CAOP - MPPR), Liza Marie (DEPEN-PR), Ana Raggio (Representante da SEJUF), Luis Antonio (CDHC-ALEP). **1. Abertura de Plenária:** Cumprimentando os(as) presentes, o Vice-Presidente Clau Lopes deu início à reunião. **2. Aprovação de Pauta:** O Conselheiro Diego sugeriu que fosse incluída como pauta a aprovação de uma Resolução sobre as contribuições ao PPA e à LOA, também a solicitação de informações sobre a disponibilização de pessoa para a Secretaria Executiva do Conselho e a produção das três atas atrasadas. O Vice-Presidente Clau questionou se essas sugestões não poderiam entrar na pauta da Secretaria-Executiva. O Conselheiro Diego indicou como outro ponto de pauta a questão das viagens dos(as) Conselheiros(as) que são custeadas pelo Estado. O Vice-Presidente Clau concordou e assinalou sobre a importância deste item ser discutido em plenária. A Conselheira Jucimeri sugeriu que fosse criada uma nota em relação à exclusão da sociedade civil do CONANDA. O Vice-Presidente Clau comentou que na última reunião houve um debate sobre isso e nenhum encaminhamento foi realizado. O Conselheiro Diego sugeriu que o Conselho apoiasse a carta



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

desenvolvida pelo Fórum DCA. A Conselheira Regina reiterou a ideia do Conselheiro Diego, mencionando que outro Conselho o qual ela faz parte (CEDCA) também aprovou o mesmo documento. Sugerindo uma questão de ordem, o Conselheiro Aurélio comentou sobre a questão da duração da reunião, propondo maior objetividade por parte dos Conselheiros e Conselheiras, visando um maior aproveitamento do tempo para a reunião. **3. Informes da Secretaria Executiva e dos(as) Conselheiros(as):** A convidada Isabella Perotti, representando a ALEP e o Mandato Goura, iniciou os informes comentando sobre um Seminário com a temática de saúde mental, a ocorrer no dia 11 de novembro, que foi oficializado em parceria com o COPED e a SEJUF, contemplando palestras, cursos e grupos de trabalho, além de uma feira de economia solidária a ocorrer na Praça Nossa Senhora de Salette. A Conselheira Regina relatou que o auditório Mário Lobo foi pré reservado, conforme havia sido solicitado pela organização do evento. Já nos dias 11 e 12 de novembro, o Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público organizará o Seminário Anual dos Direitos Humanos, como apontado pela convidada Roselene. O Vice-Presidente Clau perguntou à Conselheira Regina sobre a possibilidade da SEJUF arcar com as despesas de viagens de Conselheiros do COPED para participação no evento organizado pelo Mandato Goura e a SEJUF. A Conselheira Regina falou da impossibilidade de todos os Conselheiros serem custeados, mas assinalou sobre a possibilidade da seleção de alguns Conselheiros para representar o COPED no evento. O Conselheiro Marcel informou sobre o primeiro Congresso Internacional LGBTI+, organizado pela Aliança Nacional LGBTI, que vai ocorrer entre os dias 13 a 17 de Novembro. Ademais, informou sobre o terceiro Seminário da População em Situação de Rua e Acesso à Justiça, que será realizado no dia 17 de outubro. O Conselheiro Marcel encerrou seus informes, comentando sobre a possibilidade do COPED organizar uma reunião em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos que estará em Curitiba, ficando definido que essa ideia será relatada durante a reunião das Comissões. A Conselheira Jucimeri informou sobre o III Simpósio de Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUC-PR, que acontecerá entre os dias 7 e 9 de outubro. Durante o Simpósio, será lançado um livro na temática de Educação e Direitos Humanos que teve colaboração das Conselheiras Regina e Jucimeri. A Conselheira Maria informou sobre o 2º Congresso Nacional de Policiais Antifascismo, que acontecerá nos dias 28 e 29 de novembro,



### **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

no Rio de Janeiro. O Conselheiro Diego relatou sobre sua participação em uma reunião no dia 19 de setembro, na sede da Terra de Direitos, para promover o Encontro Estadual Paranaense de Direito à Comunicação. Durante essa reunião, surgiu uma pauta destinada à criação de um Conselho Estadual de Comunicação, essa informação será debatida na reunião das comissões, como sugerido pelo Conselheiro. Além disso, o Conselheiro Diego fez um convite para os demais Conselheiros participarem de um debate que acontecerá no dia 05 de outubro e cujo tema discorrerá sobre as correlações entre direito à moradia e direito à comunicação. O evento é organizado pela Frentex-PR (Frente Paranaense pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão). A Conselheira Regina informou sobre uma reunião em que participou, na qual estiveram presentes todos os Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos, com um representante da Casa Civil e com o Secretário Ney Leprevost e, como pontuado pelo Secretário, a ideia é que essa reunião geral possa acontecer semestralmente. O Vice-Presidente Clau complementou as informações da reunião, relatando que falou sobre a urgência na realização das Conferências de cada Conselho, além de ter exposto informações do COPED que vêm sendo discutidas desde maio. Repassadas essas informações, a Conselheira Regina apresentou Ana Raggio, nova Conselheira do Conselho, que substituirá a Ex-Conselheira Fernanda, e também comentou sobre seu afastamento como Conselheira do COPED. Ana Raggio se apresentou e iniciou os informes da Secretaria-Executiva enumerando alguns e-mails encaminhados ao Conselho, sendo eles: justificativa de ausência do Conselheiro João Francisco; convite recebido pelo COPED e informado pelo Marcel acerca do Seminário da População em Situação de Rua e Acesso à Justiça; formulário recebido pelo COPED, enviado pelo Comitê LGBT, que está realizando um levantamento das entidades e movimentos sociais do Estado; denúncia de uma estrangeira relatando a situação de seu filho, informação que será debatida na Comissão de Denúncia como sugerido pela Ana; questionamento realizado pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, requisitando informações de quais municípios trabalham com a temática de direitos humanos, seja amplamente ou especificamente. A Conselheira Regina mencionou sobre um levantamento feito recentemente pela Ex-Conselheira Fernanda, que listou todos os Conselhos do Estado do Paraná na área dos Direitos Humanos. Sobre isso, não foram realizadas deliberações, pois o assunto será discutido nas comissões.



### **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

Dando continuidade aos informes, Ana Raggio relatou sobre um ofício enviado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que trata de conflitos fundiários. Encerrados os informes da Secretaria, o Conselheiro Diego trouxe à discussão a questão da incumbência de Secretaria Executiva à representante da SEJUF no COPED, frisando a possibilidade de conflito de interesses, sendo acompanhado também pelo Conselheiro Marcel, ambos ressaltando a não correlação da temática à pessoa física ora representante, seja Fernanda, Ana Raggio ou qualquer outro(a) servidor(a) indicado(a). A Conselheira Ana esclareceu que, ainda que compreendendo a preocupação dos demais Conselheiros, assim como o COPED, outros Conselhos vinculados à SEJUF também optam pela cumulação de funções de Conselheiro e Secretaria Executiva em um mesmo representante indicado. Ainda, que a maior preocupação deve-se ao montante de trabalho, mas não quanto à conflito de interesses, sugeriu a criação de pasta no Google Drive para que todos os Conselheiros tenham acesso aos documentos elaborados e enviados pelo COPED e, por fim, indicou a impossibilidade, no momento, de separação das funções, tendo em vista falta de recursos humanos na SEJUF para tanto. O Vice-Presidente ressaltou o montante de trabalho para a quantidade de pessoas na Secretaria, indicando a possibilidade de comunicação ao Secretário acerca da necessidade de aumento da equipe do Departamento responsável, para atendimento adequado, não somente ao COPED, como aos demais Conselhos. A Conselheira Juliana, o Conselheiro Aurélio e Ouvidor da Defensoria Pública do Paraná, Thiago Hoshino trouxeram a importância da organização de cronograma de atuação do COPED no ano de 2020. O Dr. Nilton Ribeiro, representante da OAB/PR, salientou a similitude entre as questões abordadas na Comissão de Direitos Humanos da OAB e o COPED, sugerindo maior intercâmbio entre as entidades para cumprimento de cronograma a ser estipulado. A Conselheira Ana sugeriu que os Conselheiros realizassem mapeamento de questões e apresentassem previamente à próxima reunião para que nesta fosse apresentada minuta de cronograma para aprovação. A Conselheira Waleisca, trazendo informes do GT de comunicação, indicando que houve reunião na SEJUF onde levantaram-se questões como a necessidade de site para divulgação de deliberações e ações do COPED, assessoria de imprensa, campanhas e observatório, sendo que na reunião informou-se a possibilidade da criação de site para o Conselho, sendo o processo todo realizado pela Celepar,



## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

com custo médio de 24 mil reais. Em relação à possibilidade de administração do site pelos conselheiros do COPED informou-se a impossibilidade, devendo ocorrer apenas pela equipe de comunicação da SEJUF. Com relação à criação de páginas em redes sociais, foi informado que não há nenhum órgão vinculado à SEJUF que crie as mesmas, todavia, que em reunião anterior do COPED, já deliberou-se pela criação pelos próprios Conselheiros. A Conselheira Ana sugere provocação da Secretaria de Comunicação para questionar a possibilidade daquela Secretaria promover a criação e administração de site do COPED. O Vice-presidente Clau sugere provocação da Celepar para questionamento quanto ao valor para criação do site. **Em**

**deliberações foram aprovadas provocação à Celepar e à Secretaria de Comunicação.** 4.

**Situação do sistema de privação de liberdade no Estado:** A Conselheira Amanda relatou sobre a visita à Casa de Custódia de Piraquara, dentre outras questões, afirmou haver pequena superlotação e que, por tratar de casa de transição, tem movimentação de presos bastante acima das demais, trabalho o qual deve ser realizado obrigatoriamente por agente penitenciário. Ainda, afirmou que são em torno de 1800 movimentações por mês, com 35 agentes por plantão, sendo rotina exaustiva, além da lei de execução penal ficar comprometida, assim como princípios de direitos humanos, pela impossibilidade de atendimento devido ao número insuficiente de agentes. Por fim, sugeriu encaminhamento de ofício à Secretaria de Segurança Pública e à Secretaria de Administração para realização de concurso para contratação de agentes penitenciários, o que foi aprovado. Levantou-se a discussão quanto ao acesso irrestrito dos Conselheiros no sistema carcerário, o Dr. Nilton Ribeiro, representante da OAB/PR, informou que, para a Comissão da OAB foram feitos crachás de identificação o que facilitou o referido acesso. Representante do Ministério Público, bem como do DEPEN, reforçaram a importância do uso de crachá ou credencial pelos Conselheiros em visitas ao sistema carcerário e prisional. Karollyne ressaltou a necessidade de Defensor Público exclusivo para o atendimento especial à população trans no sistema carcerário e penitenciário, sugerindo que o COPED encaminhasse **ofício à Defensoria Pública solicitando este atendimento, o que foi aprovado.** 5.

**Confrontos seguidos de morte no Paraná:** O Conselheiro José Wilson salienta a mortalidade de egressos do sistema carcerário em confrontos no município de Londrina, bem como em Curitiba. o Presidente Clau trouxe o ocorrido que levou à morte de mulher em situação de rua



### CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

por agressão de policiais militares. A representante do DEPEN indicou conflitos ocorridos no município de Curitiba e informou que recomendações serão apontadas em documento oficial e sendo que o ponto de maior atenção, pelo DEPEN, é a dependência de álcool e drogas das vítimas das agressões. Solicitou ao COPED que acompanhe o internamento desta população conjuntamente ao DEPEN. Thiago Hoshino levanta a questão da abusividade das Polícias em relação ao tipo penal de “desacato à autoridade”. Ainda, a suspensão das investigações civis durante o processo na esfera militar e, após o arquivamento, a não conexão entre os procedimentos. O Conselheiro Aurélio citou a Comissão de Direitos Humanos da ALEP, que vem tratando também do assunto. O Conselheiro Diego questiona as ações que podem ser tomadas pelo COPED. O Vice-Presidente Clau sugere o encaminhamento de ofício solicitando informações quanto ao planejamento de políticas públicas na segurança pública para que, a partir da resposta, possa-se tomar atitudes efetivas. O Conselheiro Rafael solicita encaminhamento ao GAECO para que informe levantamento dos casos de confronto que tiveram como resultado morte. O Conselheiro Aurélio agradeceu a presença do Coronel Pancotti e sugere encaminhamento às Polícias Militar e civil para a implantação das artes marciais como método de contenção ao invés de armas de fogo. Requer ao Coronel a criação de protocolos emergenciais nas abordagens policiais, tanto militar, quanto civil e municipais. O Coronel, com a palavra, esclareceu ações tomadas quando no comando da Polícia Militar. Ainda, afirmou a necessidade de ações coletivas para atingir os casos específicos de abuso de poder por parte da Polícia e deixando-se à disposição do COPED para quaisquer proposições. O Conselheiro Aurélio sugere apresentação de proposta básica de protocolo de ações em situações emergenciais e, em segundo momento, propostas voltadas à formação e reciclagem dos policiais. A Conselheira Karollyne levantou a questão da violência policial em relação à população LGBT, O Coronel esclareceu que recentemente houve capacitação sobre o tema com a força policial, salientando não tratar de temática nova para os envolvidos. A Professora Jucimeri informou ter participado da capacitação referida pelo Coronel, onde atuou na formação, esclarecendo como devem proceder na abordagem e atendimento ao público LGBT. Afirmou que haver protocolo de orientação às equipes de abordagem e outros procedimentos seria um grande avanço que o COPED deve destacar, assim como a articulação dos protocolos inclusive





## CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

nos municípios. Thiago Hoshino relatou situação no Parolin de vítimas de confrontos policiais e que os indícios são de que foram execuções. Ainda, observou a ausência de protocolo emergencial de apoio psicológico às famílias envolvidas e que a Defensoria Pública, neste caso, articulou a escuta das famílias e apoio de outros serviços a elas. A Conselheira Maria Nysa informou que em setembro a Polícia Civil disponibilizou plataforma para questionar aos policiais como estava sua saúde mental, para que se realizasse mapeamento da salubridade mental da tropa, para delimitação de políticas de atendimento à saúde mental. Esclareceu que a Polícia Militar não possui iniciativas neste sentido. Entende que a capacitação em ambas polícias ocorre, porém, que não há a sensibilização destas tropas, o que deve ocorrer na reciclagem dos servidores. **6. Reintegrações de Posse no Estado do Paraná:** O Conselheiro Marcel se voluntaria a apresentar ao COPED relato sobre as ocupações de campo, com encaminhamento de ofício ao Comitê de Relações Fundiárias com indicação de seu nome para acompanhamento das atividades, o que foi aprovado. **7. Relatórios das Comissões:** os relatos foram apresentados. O Vice Presidente Clau, agradecendo a presença de todos(as), encerrou a reunião. A presente ata foi redigida pela servidora Ana Felícia Bodstein de Freitas e corrigida pela servidora Ana Raggio.